



MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

Processo n.º 01415.009044-2016-61

EXERCÍCIO 2016

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

CNPJ: 10.898.596/0001-42

ENDEREÇO: SBN, Quadra 02, Ed. CNC III, Bloco N, CEP: 70.040-020, Brasília/DF

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

CNPJ: 01.567.601/0001-43

ENDEREÇO: Campus Samambaia (Campus II) – Prédio da Reitoria – Caixa Postal 131

CEP: 74001-970 – Cidade Goiânia - Goiás

IDENTIFICAÇÃO DOS REPRESENTANTES

Pelo Instituto Brasileiro de Museus:

MARCOS JOSÉ MANTOAN, Presidente Substituto, ID nº 14.576.387-0 SSP-SP, CPF nº 040.751.228-40, Portaria nº 172, de 22 de abril de 2015, D.O.U., seção 2, pág. 5 , de 24 de abril de 2016.

Pelo Universidade Federal de Goiás:

MANOEL RODRIGUES CHAVES, Vice-Reitor da Universidade Federal de Goiás, RG nº 12033188036144 – DGPC/GO, CPF nº 253.435.481-72, nomeado pela Portaria do DOU de 07/01/2014 - seção 02 - página 19 e com a competência constante do respectivo Estatuto.

LEGISLAÇÃO

O presente Termo e as ações necessárias à sua execução se sujeitam à legislação em vigor e, em especial, ao disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no Decreto nº 6.170, de 25 de junho de 2007, na Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011, de 24 de novembro de 2011, e na Portaria Conjunta MP/MF/CGU nº 8, de 7 de novembro de 2012.

OBJETO

Firmar cooperação para a descentralização e repasse de recursos orçamentários e financeiros à Universidade Federal de Goiás, a fim de estabelecer parceria para a realização do Projeto INVENTÁRIO COLABORATIVO DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU.

JUSTIFICATIVA

Criado em 1977 dentro do território pesqueiro de Itaipu, o Museu de Arqueologia de Itaipu passou a desenvolver trabalhos sistemáticos com o grupo de pescadores tradicionais somente a partir de 2010. Desde esse período o MAI tem procurado incluir em suas ações educativas e exposições informações sobre a importância sociocultural da pesca e dos pescadores dessa região. Esse novo discurso museológico está diretamente associado ao trabalho e consciência crítica das equipes do MAI, mas também às novas diretrizes político-



conceituais do campo dos museus que ganharam força no país a partir de 2003 com a criação da Política Nacional de Museus. Foi também decisiva para abertura do MAI às práticas de uma museologia comprometida com as comunidades de pescadores a promulgação da Lei 11.904, que institui o Estatuto de Museus e a criação do Instituto Brasileiro de Museus, órgão que passa a gerir o Museu a partir de 2009.

As primeiras ideias sobre um inventário participativo na região surgiram da necessidade do Museu de discutir com os pescadores e moradores do Canto de Itaipu os sentidos atribuídos a diferentes referenciais culturais desse território. Foi preciso um período de discussões e de maturação interna para dilatar e reorganizar os limites institucionais e as compreensões sobre o que é patrimônio, acervo, cultura e participação. O discurso museológico centrado exclusivamente no passado arqueológico e desconectado das populações tradicionais que aqui vivem secularmente já não era suficiente.

A partir de discussões, rodas de conversa e cursos promovidos pelo MAI em parceria com os pescadores e com universidades que já atuavam na região foi identificado como prioritária para a preservação das memórias locais um projeto de captação de histórias de vida. Como em diversas comunidades tradicionais, as histórias, memórias e saberes da pesca artesanal não estão sistematizados de forma autoral em livros, arquivos, bibliotecas ou museus; são conhecimentos transmitidos fundamentalmente de forma oral, especialmente pelos mais velhos. Em Itaipu, as histórias de vida estão intimamente ligadas à ocupação do território, à formação das famílias e grupos de trabalho, ao desenvolvimento econômico e ao universo sociocultural local. As histórias de vida em Itaipu também se relacionam diretamente com a trajetória do MAI e não é possível pensar a instituição sem considerar o protagonismo dos pescadores no que diz respeito ao tombamento das ruínas de Santa Teresa, a criação do Museu e a formação da coleção arqueológica¹.

Com o passar do tempo e das discussões realizadas, especialmente após a doação do acervo fotográfico de Ruy Lopes que retratou Itaipu nas décadas de 60, 70 e 80 e da oficina de Inventário Participativo que aconteceu em março de 2016, o projeto de captação de histórias de vida ganhou outros limites e foi compreendido como a primeira categoria de referência cultural a ser desenvolvida. Nesse sentido, após a execução do Inventário de Pessoas e Memórias, deverá ter como continuidade a identificação de outras categorias de patrimônio – que ainda estão em discussão com a comunidade – como Artes de Pesca, Lugares e Territórios Pesqueiros e Festas e Celebrações.

Alinhado com as políticas públicas do Ministério da Cultura no que diz respeito aos acervos digitais e mais diretamente com o Eixo Programático II – Democratização e Acesso aos Bens Culturais da Política Nacional de Museus, o Inventário Participativo de Referências Culturais promove o debate sobre o patrimônio na perspectiva integral, ou seja, problematizado a partir das relações humanas com o território, com o meio ambiente e com as formas de vida locais. Nesse sentido, o patrimônio que se busca identificar nesse Inventário Participativo é aquele constituído de forma sistêmica a partir da micro história e da micropolítica local e como agente conformador das memórias coletivas. Aos patrimônios que serão alvo desse Inventário pressupõem-se um uso social por parte da comunidade local e se busca principalmente a igualdade de direitos na participação das decisões sobre ele, tanto no que diz respeito à sua identificação, como usos, interpretações e formas de preservação. Por

¹ Na documentação histórica do MAI que hoje se encontra no Arquivo Noronha Santos é possível encontrar cartas e abaixo-assinados dos pescadores aos órgãos responsáveis pelo patrimônio solicitando o tombamento das ruínas de Santa Teresa. São diversos os documentos que fazem referência à presença e à importância dos pescadores artesanais na região, inclusive como argumento para o tombamento e criação do Museu. Nessa documentação também é possível encontrar documentos que registram os momentos de conflito entre a instituição e os pescadores, especialmente quando as famílias são desalojadas do interior das ruínas. Além disso, os pescadores são responsáveis pela coleta do material arqueológico que hoje compõe o acervo do MAI.



isso o Inventário Participativo, além de aproximar o patrimônio imaterial da ação museológica, procura também efetivar e ativar redes de informação sobre cultura em Itaipu e desenvolver metodologias participativas na seleção e gestão desse patrimônio.

O Inventário segue também as orientações do Eixo Programático IV – Informatização de Museus, quando torna disponível o acervo inventariado através do Tainacan. O Tainacan é software livre, brasileiro, criado com a finalidade de colaborar com a organização e o acesso aos acervos culturais digitalizados. Ele foi desenvolvido a partir de uma perspectiva que busca simplificar o uso, a manutenção e o desenvolvimento de coleções digitais, e principalmente, que compreende a formação dessas coleções como um processo social, que envolve não apenas outras instituições mas também especialistas, agentes culturais e as pessoas diretamente afetadas pelos acervos em questão. Nesse sentido, são direcionamentos desse Inventário o apoio efetivo ao desenvolvimento de sistemas informatizados de documentação e gestão de acervos e a disponibilização de informações sobre as referências culturais locais em mídias eletrônicas livres e acessíveis.

O Inventário prevê também a criação do primeiro site do Museu de Arqueologia de Itaipu. Essa ação ampliará o potencial comunicativo da instituição através de uma ferramenta amigável de tecnologia que facilita a difusão de conteúdos, aproxima e intensifica a comunicação e a ação educativa dos MAI com os seus públicos. Nesse sentido, a elaboração de um site institucional faz-se necessária no que diz respeito ao fomento da comunicabilidade, a visibilidade e inserção do Museu no universo digital. Tal ferramenta além de publicizar os resultados do Inventário, viabilizará uma divulgação mais eficiente das atividades levadas a cabo pelo corpo técnico, sobretudo as de cunho educativo, museológico e de pesquisa.

Além das histórias de vida, são também objetos desse inventário a Coleção fotográfica Ruy Lopes e o acervo documental do MAI que encontra-se hoje no Arquivo Noronha Santos, vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

A coleção fotográfica Ruy Lopes é composta por cerca de 700 imagens que registram os pescadores, moradores e paisagens de Itaipu nas décadas de 60, 70 e 80. O fotógrafo doou os direitos de uso de imagem ao Museu de Arqueologia de Itaipu em 2014 por compreender que é parte das funções institucionais salvaguardar as memórias e identidades locais. Tendo em vista a relevância histórica e artística dessa coleção é necessário oferecer o devido tratamento de documentação e preservação do acervo. Dessa forma, uma das ações previstas nesse Inventário é a digitalização dos negativos e sua organização, identificação e disponibilização para os públicos. Este material, uma vez digitalizado, comporá, de forma definitiva e adequada quanto às normas técnicas, o acervo audiovisual do Museu de Arqueologia de Itaipu. É importante ressaltar que esse conjunto fotográfico foi o elemento catalisador das primeiras práticas de curadoria coletiva entre o MAI e os pescadores. A partir das fotografias doadas ao Museu em formato digital foi elaborada em 2016 uma exposição colaborativa, que contou com a participação dos moradores locais tanto na curadoria como na produção das legendas das imagens.

A digitalização do acervo documental relativo ao Museu de Arqueologia de Itaipu justifica-se também pela importância histórica desse acervo e seu enredamento nos contextos de relações entre os pescadores, moradores e o patrimônio cultural. Trata-se da história e memória institucional que remonta o período anterior ao processo de tombamento das ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, em meados da década de 1940 e segue até meados da década de 1980. Vale ressaltar que entre esses documentos encontram-se diversas correspondências entre a Colônia de Pescadores e os órgãos responsáveis pelo patrimônio na região, que descrevem com exatidão os momentos de interesse mútuo e de conflitos sobre a gestão dos patrimônios locais. Nesse sentido, esse acervo é também de interesse da comunidade de pescadores artesanais de Itaipu e parte de sua história de vida, uma vez que, sob sua influência e atuação, as ruínas foram tombadas e o acervo arqueológico foi recolhido.



A digitalização desse acervo histórico permitirá a criação de um fundo de pesquisa digital sobre a memória institucional e também facilitará o acesso a história e trajetória do Museu, além de permitir compreender como as políticas públicas para o patrimônio atuaram território desde o tombamento das ruínas.

A digitalização dos acervos – tanto das histórias de vida, das fotografias de Ruy Lopes quando do conjunto documental do MAI – e sua disponibilização através do Tainacan permitirá a integração com outras instituições e principalmente, ampliará o acesso à informação e às expressões culturais locais.

Já pelo lado da Universidade Federal de Goiás, desde o ano de 2014, por meio da então denominada Secretaria de Políticas Culturais do MinC, está em andamento com a UFG Termo Cooperação para Execução Descentralizada do “Projeto Laboratório de Políticas Públicas Participativas: ação rede de acervos digitais”. O projeto, com execução prevista até abril de 2016, tem por objetivo mapear as principais soluções atualmente existentes no mundo do sistema livre sobre repositórios digitais e, a partir dessa pesquisa, criar critérios de comparação de repositórios e ao mesmo tempo levantar requisitos que sejam de fundamental importância a serem considerados na criação de soluções que devam dialogar não só com as melhores práticas de gestão da informação, mas também com as práticas de socialização que fazem parte do que chamamos hoje de cultura digital. Além disso, o projeto “Laboratório de Políticas Públicas Participativas” experimenta desde já a customização e o desenvolvimento de novas funcionalidades, ainda em fase de teste e prototipagem no campo da pesquisa na área de informação, que possam servir de subsídio para se pensar de forma ampliada em demandas e necessidades que devem ser incorporadas nas soluções sócio-técnicas a serem consideradas pela política nacional de acervos digitais. O projeto já finalizou as etapas de mapeamento de sistemas de repositórios e suas funcionalidades, bem como o desenho de um projeto de arquitetura de rede para criar soluções federadas de repositórios, encontrando-se no presente momento na pesquisa e prototipação de funcionalidades para um sistema de repositório institucional, procurando ainda ressaltar neste projeto as funcionalidades estruturantes de arquitetura de informação de um repositório, com foco maior em soluções de organização e representação da informação, ainda que já considerando aspectos colaborativos.

O presente projeto, aqui denominado de “INVENTÁRIO COLABORATIVO DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU” relaciona-se diretamente com os resultados do projeto anterior, partindo de suas recomendações e apontamentos, mas aprofundando novas pesquisas com foco específico na colaboração e na gestão social dos acervos, prototipando novas funcionalidades e mapeando novos requisitos como subsídio para a política nacional de acervos digitais, agora diretamente relacionado as demandas do IBRAM na realização de seus processos de inventário, gestão e difusão de acervos. Entende-se aqui que a pesquisa anterior gerou subsídios suficientes e as experimentações necessárias para validar o paradigma de produção de acervos digitais sociais, fazendo-se agora necessária novas investigações e customizações dessa tecnologia para atender as normatizações, protocolos e processos de trabalho já elaborados pelo IBRAM, mas que ainda carecem de uma tecnologia de base para viabilização de uma política de informação que possa atender em escala aos museus brasileiros.

Além disso, o que também consiste de uma novidade deste projeto, o foco de experimentação de seus resultados para melhor avaliação dos produtos desta pesquisa, será diretamente com um museu brasileiro ligado ao IBRAM, procurando dialogar com suas necessidades, especificidades e realidade cultural.

Compreende-se, dessa forma, que o projeto que ora se pretende realizar tem por objetivo aprofundar a pesquisa já iniciada e a prototipação de soluções tecnológicas para a colaboração e gestão social de acervos digitais, bem como desenvolver os processos sociais de formação e relacionamento em rede, que possam favorecer tanto a disponibilização de acervos



culturais na Internet quanto facilitar e mesmo promover a sua mais ampla circulação nos diferentes ambientes e modos de constituição de redes sociais.

Sendo assim, este projeto se organiza em três dimensões, sendo elas:

- 1) O aprofundamento da customização de uma solução para a realização dos processos de inventário dos museus e elaboração de repositório da digitalização de acervos culturais, envolvendo o sistema de informação de armazenamento dos objetos digitais bem como a arquitetura de rede e protocolos necessários para interoperabilidade entre diferentes acervos;
- 2) os processos de formação para qualificação técnica no uso dessa solução; e
- 3) a estratégia de mediação, difusão e apropriação dos acervos digitalizados em ambientes de redes sociais.

Histórico da Universidade Federal de Goiás nos estudos e pesquisas em Informação

Para tanto, se faz necessário que se clarifique qual o ambiente, o campo de atuação e foco de pesquisa da Universidade que permite sua constituição em um grupo que tenha o potencial de atender a tal demanda no processo de concepção de uma política pública. A Universidade Federal de Goiás é hoje uma das 4 universidades brasileiras que possui um curso de graduação denominado Gestão da Informação², sendo este curso com características bastante diferentes e peculiares em cada uma das 4 instituições que o desenvolvem. Na UFG, o curso teve início com sua primeira turma no ano de 2010, e tem concentrado seu conjunto de disciplinas, bem como de docentes pesquisadores, em 3 grandes núcleos, sendo eles Administração, Ciência da Informação e Tecnologia da Informação.

O curso tem por objetivo produzir uma formação e um campo de pesquisa onde o objeto informação é o seu centro, porém com uma visão interdisciplinar influenciada por diferentes áreas do conhecimento. De questões relacionadas aos modos de manipulação e transformação da informação por diferentes tecnologias, a maneiras de gerir e produzir processos organizacionais que favoreçam a produção e o uso estratégico da informação, bem como a busca pelo entendimento dos usuários, suas demandas, necessidades, dificuldades e potencialidades fazem parte do universo de conhecimento da Gestão da Informação. Vale também ressaltar que UFG possui um curso de Biblioteconomia³ desde 1980, cujos docentes pesquisadores se relacionam diretamente na concepção quanto na própria operacionalização dessa nova área da Gestão da informação.

No âmbito dessas ações, a UFG criou um curso de especialização denominado Gestão e Avaliação da Informação⁴, em funcionamento de 2012 a 2016, que teve como objetivo geral aprofundar a capacitação de profissionais de informação no contexto da Gestão e Avaliação da Informação, especificamente, nas áreas de usuários e serviços de informação, organização e tratamento da informação e administração de ambientes informacionais. Este curso de pós-graduação gerou dois produtos extremamente importantes, no sentido de consolidar as competências de ensino, pesquisa e extensão na área dos estudos em informação. Assim, temos que, o primeiro produto gerado relaciona-se as pesquisas voltadas para a análise e interpretação da realidade local e regional a partir da ótica informacional. Estas pesquisas foram desenvolvidas a partir dos seguintes temas: preservação digital, ambientes virtuais de aprendizado, inteligência competitiva, criação de significados na gestão de mudanças, serviços virtuais e serviços abertos em universidade brasileira, competência informacional em ambientes educacionais. A partir das pesquisas desenvolvidas foram gerados 10 (dez) artigos científicos que possibilitaram a divulgação da produção intelectual oriunda deste curso de pós-graduação.

²<http://gestaodainformacao.fic.ufg.br/>

³<http://biblioteconomia.fic.ufg.br/>

⁴<http://esami.fic.ufg.br/>



O segundo produto oriundo deste curso de especialização relaciona-se ao evento intitulado “Seminário de Gestão da Informação”, realizado no mês de agosto de 2014 na UFG e que possibilitou a divulgação da produção intelectual do citado curso envolveu 150 (cento e cinquenta) pessoas, entre estudantes e docentes/pesquisadores.

Além do curso de especialização, foi criado, no ano de 2014, o Núcleo de Estudos em Gestão, Políticas e Tecnologias da Informação-NGPTI/UFG⁵ com o objetivo de constituir um espaço interdisciplinar de produção de pesquisas básicas e aplicadas e de desenvolvimento de aplicações tecnológicas ao redor deste multifacetado conceito denominado informação. No ambiente do NGPTI/UFG, diferentes campos de conhecimento científico (Comunicação Social, Biblioteconomia, Gestão da Informação, Ciência da Computação, Engenharia e Ciência da Informação) se unem para produzir uma conjunção de saberes que permitem compreender aspectos das origens das necessidades de informação, prospectar novas formas de organizar e tratar a informação, compreender modos de uso da informação e as barreiras que impedem o bom uso deste recurso. Esta conjunção de saberes nos permite estar na fronteira do conhecimento sobre o fenômeno informacional e assim gerar alternativas/soluções para a principal questão de pesquisa que orienta nossas reflexões: Como tornar mais inteligente a interação entre os sujeitos cognitivos (indivíduos/indivíduos e indivíduos/organizações) e os elementos que compõem a dinâmica informacional (atribuição de significados, comunicação de significados, mudanças cognitivas individuais e/ou sociais e ainda, geração/ampliação de novos conhecimentos) e desta forma gerar inovações e novos modos de viver e conviver que auxiliem na resolução de problemas organizacionais e sociais originados nos vários setores econômicos e de atividades sociais. Também no ano de 2014, a UFG, através dos pesquisadores do NGPTI, cria o projeto de pesquisa e extensão denominado “Laboratório de Políticas Públicas Participativas”, tendo por objetivo pesquisar e transferir soluções, sobretudo para a esfera pública, de metodologias, tecnologias e processos de trabalho que facilitem e promovam a participação social como meio estratégico da concepção e gestão de políticas públicas. O projeto atua na concepção de estratégias de mediação da participação social, tecnologias da informação para apoio a articulação em rede e técnicas de análise de dados e visualização da informação para facilitar a sistematização e entendimento dos diferentes atores das políticas públicas das massas de dados que são produzidas em seu âmbito.

No ano de 2016, o Laboratório de Políticas Públicas Participativas (L3P) se integra do MediaLab da Universidade Federal de Goiás, sendo este um núcleo de pesquisa, desenvolvimento e inovação em mídias interativas da universidade. O MediaLab vem se constituindo como um polo de referência nacional, servindo atualmente inclusive de modelo de gestão e pesquisa para outras universidades federais brasileiras, como a UnB, a UNIFESP e UFRJ na implantação de laboratórios de pesquisa com o tema mídias interativas. O MediaLab vem realizando nos últimos anos diversas pesquisas de relevância para o contexto cultural, como o Observatório de Economia Criativa do estado de Goiás e o apoio a realização do projeto do Museu de Ciências da própria UFG. O núcleo conta com equipamentos de última geração, equipe de design gráfico e desenvolvimento web que atualmente passam a se integrar a equipe de desenvolvimento do L3P e compor um único time de pesquisa e desenvolvimento de inovação em torno do tema mídias interativas.

Somados aos espaços institucionais de ensino e pesquisa, aqui representados pelos cursos de Gestão da Informação, Biblioteconomia, a especialização em Gestão e Avaliação da Informação, bem como o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gestão, Políticas e Tecnologias da Informação, o MediaLab e o Laboratório de Políticas Públicas Participativas,

⁵<http://ngpti.fic.ufg.br/>



vale ressaltar a própria produção científica dos pesquisadores envolvidos nesta proposta, tendo trabalhado com análise de redes sociais e bibliotecas digitais federadas, design da informação, a construção de catálogos web facetados, a construção social da informação e bibliometria e indicadores, demonstrando amplo conhecimento na articulação de temas envolvendo aspectos sociais e tecnológicos relacionados a esta proposta.

Dessa maneira, entende-se que no tocante ao desafio de apoiar o IBRAM no desenvolvimento das ações acima mencionadas e com foco específico na concepção de uma estratégia de repositórios em rede para acervos digitalizados da área da cultura, a Universidade Federal de Goiás e sua área temática Informação por meio de suas ações de ensino, pesquisas e extensão se tornam parceiros estratégicos e qualificados para tal.

Metodologia de Trabalho

A metodologia de trabalho utilizada pelo Laboratório de Políticas Públicas Participativas da Universidade Federal de Goiás para a realização deste projeto leva em consideração as etapas descritas a seguir:

Mapeamento e prospecção: aprofundamento da produção de um ambiente informacional que visa a interação social em torno de objetos culturais demanda uma análise contínua das melhores soluções tecnológicas, padrões interacionais e conexões com redes sociais das necessidades informacionais de seu público, bem como das possibilidades tecnológicas e estruturais da constituição de uma solução que atenda ao cenário brasileiro. Nesse sentido, entendemos ser de fundamental importância aprofundar o projeto no contínuo mapeamento de soluções em potencial tendo por prerrogativa serem em formato software livre, suas funcionalidades, suas possibilidades de interação social, níveis de customização, bem como uma avaliação do conhecimento e do perfil do público que utilizará essa ferramenta, visando identificar suas potencialidades, fragilidades e aspectos que sociais que devem ser levados em consideração quando da constituição e da modelagem desta solução. Vale frisar que para este projeto entendemos ser um foco específico de mapeamento o maior investimento em formas de produção de serviços informacionais a partir das bases de dados dos repositórios digitais, facilitando a interoperabilidade de sistemas de informação, bem como a prototipação de novos serviços de descrição de metadados e ontologias sociais;

Prototipagem e arquitetura piloto: em paralelo ao contínuo mapeamento de soluções tecnológicas de referência, teremos, portanto, condições de apontar as melhores soluções que atendam às necessidades da constituição de um repositório para apoio a digitalização e constituição de acervos digitais. Logo, nesta etapa, nossa metodologia de trabalho prevê a contínua modelagem do ambiente informacional e a customização de um protótipo que atenda a todos os requisitos especificados na etapa anterior. A modelagem prevê a interface gráfica, as formas de classificação de conteúdo, os modos de recuperação da informação, as possibilidades de interação social e o funcionamento em rede para a federação de repositórios. Vale aqui frisar que a solução produzida neste projeto faz parte e é integrada ao trabalho sendo realizado em outro projeto denominado “Laboratório de Políticas Públicas Participativas: foco em acervos digitais” e também será entregue ao Ministério da Cultura, para que o mesmo possa utilizar em diversos projetos e ações, visando dar amplitude e ganho de escala na experiência deste projeto;

Articulação social: a constituição de uma solução tecnológica demanda que ela seja apresentada e contextualizada de maneira a facilitar seu processo de apropriação e produção de significado por seus usuários. Logo, nesta etapa a metodologia prevê a criação de novos



conteúdos e estratégias de formação para uso do protótipo, bem como formas de articulação em ambientes de redes sociais. A formação tem por objetivo qualificar o uso, facilitar o acesso e introduzir as possibilidades de uso do sistema de repositório de maneira organizada, bem como entrar em contato com público usuário e experimentar o uso do repositório, coletando impressões que sirvam de subsídio para melhorias futuras. A articulação em ambientes de redes sociais visa ativar coletivos, grupos de interesse, movimentos organizados, ativistas da cultura, entre outros, para disseminarem conhecimento e ampliarem o campo de uso e apropriação do piloto para suas próprias atividades e interesses fins;

Avaliação: a etapa final de nossa metodologia prevê um momento de avaliação do uso e análise dos resultados alcançados. Tem por objetivo sistematizar a pesquisa em formato acadêmico, gerando publicações em formato de artigo científico com os resultados do projeto. Também tem por objetivo avaliar o grau de apropriação do repositório digital, suas potencialidades, suas necessidades de melhoria e sugerir novas etapas aprofundamento e aprimoramento da própria política nacional de acervos digitais.

Produtos do projeto

O projeto prevê a realização dos seguintes produtos:

1. Relatório da identificação e tratamento do acervo referente a categoria Pessoas e Memórias;
2. Relatório do acesso e divulgação dos resultados do Inventário Participativo.

OPERACIONALIZAÇÃO

O presente Termo será operacionalizado pelo INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS mediante a transferência dos recursos para a Universidade Federal de Goiás.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos créditos descentralizado deverá integrar as contas anuais dos órgãos ou entidades beneficiários dos recursos, a serem apresentadas aos órgãos de controle interno e externo, na forma do que determina a legislação em vigor.

A título informativo, os órgãos ou entidades beneficiários dos recursos, encaminharão ao órgão Repassador, no prazo de 60 (sessenta) dias após o fim da vigência do Termo, relatório físico-financeiro informando os resultados alcançados acerca das metas físicas previstas no Plano de Trabalho pactuado e da execução orçamentária e financeira resumida dos recursos na forma da descentralização.

DOS RECURSOS/DETALHAMENTO

O INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS realizará a descentralização de créditos com repasse de recursos financeiros à Universidade Federal de Goiás para a execução do objeto deste Termo, no montante de R\$73.360,00 (setenta e três mil e trezentos e sessenta reais), em 1 (uma) parcela, à conta da Dotação Consignada ao INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, como segue:

Órgão Cedente: INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

Unidade Gestora: 423001

Gestão: 42207

Ação: 20ZF.33 – Promoção e Fomento à Cultura Brasileiro

PTRES: 120982

Fonte: 100

Plano Interno: 6MMFL10D014

Órgão Executor: 26235-UFG



Unidade Gestora: 153052

Gestão: 15226

Finalidade: Decreto nº 6.170/2007, art. 12-A, inciso (X) I, () II, () III, () IV.

Item	Natureza da despesa	Descrição	VALOR 2016	VALOR TOTAL
1	3390.20	Auxílio Financeiro a Pesquisadores - inclui pagamento de bolsas	R\$68.360,00	R\$68.360,00
2	3390.39	Serviços de Pessoa Jurídica - gestão logística de reuniões e eventos do projeto	R\$5.000,00	R\$5.000,00
73.360,00				

Com a firmatura do presente instrumento, o órgão executor compromete-se com o atendimento aos prazos constantes da Portaria MinC nº 318, de 18.06.2015, contida na edição do Diário Oficial da União veiculada em 19.06.2015, Seção 1, página 5.

DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

1. Identificação e tratamento do acervo referente a categoria Pessoas e Memórias– DEZEMBRO 2016 a Maio 2017
2. Acesso e divulgação dos resultados do Inventário Participativo– DEZEMBRO 2016 a Novembro 2017.

DA VIGÊNCIA

O período de vigência do presente Termo é de doze(12) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério das partes, mediante a assinatura do Termo Aditivo.

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - Constituem Obrigações do CONCEDENTE:

- a) Efetuar a transferência do orçamento previsto para a execução deste Termo, na forma e prazos estabelecidos no Detalhamento dos Recursos e Cronograma de Execução;
- b) Efetuar a liberação do recurso financeiro, após a comprovação, pelo proponente, do empenhamento da despesa;
- c) Orientar, supervisionar e cooperar com a implantação das ações do objeto deste Termo;
- d) Prorrogar "de ofício" a vigência do instrumento antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada à prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- e) Publicação deste Termo em sítio eletrônico da Internet, visando atender ao princípio da publicidade.

II - Constituem Obrigações do PROPONENTE:

- a) Promover a execução do objeto deste Termo na forma e prazos estabelecidos;
- b) Solicitar a liberação do recurso financeiro, mediante comprovação de empenhamento da



despesa;

- c) Aplicar os recursos discriminados, exclusivamente, na consecução do objeto deste Termo de Execução Descentralizada, respeitando a forma e prazos estabelecidos;
- d) Manter o Órgão Concedente informado sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal de execução deste Termo;
- e) Incluir em sua Prestação de Contas Anual os recursos e as atividades objeto deste Termo;
- f) Apresentar prestação de contas final, contendo pelo menos as peças constantes do campo “Prestação de Contas”;
- g) Devolver, obrigatoriamente, até cinco dias antes da data estabelecida legalmente como prazo para efetivação dos empenhos, os saldos orçamentário e financeiro não utilizados em sua totalidade, ou em até 30 dias, em caso de rescisão deste Termo;

DAS CONTROVÉRSIAS E DO FORO

Na eventualidade de ocorrerem controvérsias à interpretação e/ou cumprimento do presente Termo, os partícipes concordam em solucioná-las administrativamente e submeter os eventuais conflitos à apreciação da Advocacia-Geral da União, na forma do inciso XI, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 73/1993.

ASSINATURA E PUBLICAÇÃO

O presente Termo é assinado em 03 (três) vias, devendo ser disponibilizado, pela Unidade Gestora demandante, no sítio eletrônico da Internet em conformidade com as orientações constantes da Mensagem 2012/1881011, emitida pela Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional - STN do Ministério da Fazenda.



MARCOS JOSÉ MANTOAN
Presidente Substituto IBRAM
CPF 040.751.228-40

Brasília, 19 de OUTUBRO de 2016.



MANOEL RODRIGUES CHAVES
Vice-Reitor da Universidade Federal de Goiás
CPF N° 253.435.481-72